

ação

JORNAL DO CRESS-SP / JUN-2018



P.3

*Dia da/a
Assistente Social*

P.5

*Queda de edifício
expõe déficit
habitacional em SP*

P.7

*Assistentes Sociais
no combate ao
racismo*

Nossa Escolha é a Resistência!

Resistir: “Conservar-se firme, não sucumbir, não ceder: resistir à fadiga, à tentação”.

É com esse propósito, diante dos frequentes ataques que a classe trabalhadora tem vivenciado, que o CRESS-SP busca alcançar, de maneira mais ampla, a categoria profissional de todo estado de São Paulo.

A edição 90 do Jornal Ação reflete essa atenção em todo o seu conteúdo e destaca a luta e resistência dos/as assistentes sociais frente aos desafios postos em seus espaços profissionais e a necessidade de uma ampla organização para não sucumbir ao projeto em curso de ataques aos direitos sociais que repercute diretamente na vida dos/as trabalhadores/as.

Não à toa, essa discussão foi palco dos debates realizados durante o Seminário em comemoração ao dia da/o Assistente Social, evento realizado no mês de maio, na cidade de São Paulo, e com ampla participação da categoria (Seção Conjuntura, p. 4). As mesas de debate trouxeram importantes e necessárias re-

flexões sobre conservadorismo e regressão de direitos. Em uma delas, abordou com um recorte específico o tema do 15 de maio sobre a defesa dos direitos da população e do trabalho profissional.

Destacamos ainda, na Seção Notícias (p.9), as ações descentralizadas realizadas pela Comissão de Orientação e Fiscalização por meio do Seminário Estadual em Marília, abordando os dilemas éticos e técnicos da atuação profissional no cotidiano, as atividades de orientação com os/as assistentes sociais na Fundação Casa e a realização das oficinas pelas Subcofis sobre a maternidade de mulheres em situação de rua e a destituição do poder familiar.

Por fim, o jornal conta com uma seção em alusão à campanha de gestão aprovada durante o 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. Em todas as edições de 2018, serão publicadas entrevistas sobre a temática, sendo as primeiras destas, com a/o assistente social Kajali Lima e Julio César de Andrade.



ação #90

cress-sp conselho regional de serviço social de são paulo 9ª região

INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO CRESS-SP-9ª REGIÃO JUN-2018

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO - 9ª REGIÃO

Rua Conselheiro Nébias, 1022 – Campos Elíseos – São Paulo – SP – CEP 01203-002
secretaria@cress-sp.org.br ou comunicacao@cress-sp.org.br
www.cress-sp.org.br
facebook.com/cress.saopaulo
youtube.com/cresssp
flickr.com/fotos/cress-sp

19ª DIRETORIA
GESTÃO AMPLIAÇÕES: TRILHANDO A LUTA COM CONSCIÊNCIA DE CLASSE (2017-2020)

Presidenta: **Kelly Rodrigues Melatti**
CRESS 38.179

Vice Presidenta: **Patrícia Ferreira da Silva**
CRESS 48.178

1º Secretário: **Luciano Alves**
CRESS 31.783

2ª Secretária: **Nicole Barbosa de Araújo**
CRESS 48.478

1º Tesoureiro: **Julio César de Andrade**
CRESS 45.463

2º Tesoureiro: **Ubiratan de Souza Dias Junior**
CRESS 56.238

Conselho Fiscal
Matsuel Martins da Silva
CRESS 8.471

Fábio Rodrigues
CRESS 32.339

Talita Aparecida de Oliveira Catosso
CRESS 56.615

Suplentes
Keila Rafaela de Queiroz Silva – CRESS 57.274
Nívea Soares Izumi – CRESS 36.566
Roberta Stopa – CRESS 33.628
Ana Lea Martins Lobo – CRESS 51.291
Cristina Santo Santana – CRESS 53.681
Everaldo Becker – CRESS 42.722
Regiane Cristina Ferreira – CRESS 31.262
Guilherme Moraes da Costa – CRESS 47.907

Comissão de Comunicação
Kelly Rodrigues Melatti – CRESS 38.179
Luciano Alves – CRESS 31.783
Matsuel Martins da Silva – CRESS 8.471
Guilherme Moraes da Costa – CRESS 47.907

Fábio Rodrigues – CRESS 32.339
Nicole Barbosa de Araújo – CRESS 48.478
Ubiratan de Souza Dias Junior – CRESS 56.238

Assessoria de Comunicação
Larissa Furtado
comunicacao@cress-sp.org.br
(11) 3351-7506



Segunda à Sexta das 12h às 18h
Jornalista Responsável
Renata Guerra – DRT-PR 5125

Designer
Aline Marineli

Revisor
Elton Muniz
Tiragem
30 mil exemplares

Impressão
Gráfica Rettec

Fotos
CFESS, CRESS SP e Banco de Imagens

COMEMORAÇÃO DO DIA DA/O ASSISTENTE SOCIAL REÚNE CATEGORIA NA CAPITAL PAULISTA



O Seminário Estadual, promovido pelo CRESS-SP, em comemoração ao Dia da/o Assistente Social (15 de maio) reuniu cerca de 300 profissionais em torno do tema “Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora. Em defesa dos direitos da população e do trabalho profissional com qualidade”.

Na mesa de abertura, composta por Mauricleia Soares, do CFESS; Ademir Alves, da ABEPSS; Sara Alves, da ENES-SP; e Patricia Silva, do CRESS-SP, foi destacada a atual conjuntura política, que vem atacando e retirando direitos dos trabalhadores. Em defesa do enfrentamento da categoria diante da atual política trabalhista, Mauricleia citou o slogan do socialismo, publicado no Manifesto Comunista, de Karl Marx, que conclamava: “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”.

O evento, que aconteceu no dia 12 de maio, apresentou duas mesas de debates. Durante a manhã, as palestrantes Priscila Cardoso, professora da UNIFESP e pesquisadora, e Elaine Paes, conselheira do CFESS e servidora pública federal, abordaram a questão do conservadorismo e da regressão de direitos presentes na realidade do profissional que atua na área de saúde mental. “O conservadorismo não é um ente abstrato, que está pairando sobre a sociedade. Os elementos centrais do pensamento conservador foram retomados mundialmente e têm impactos do ponto de vista das políticas, das instituições e também do ponto de vista da nossa atividade como assistentes sociais,

onde o conservadorismo também está presente”, analisou Priscila, propondo uma reflexão acerca do exercício profissional da/o assistente social. Neste sentido, Elaine destacou a importância da articulação política da categoria com os demais trabalhadores e usuários das políticas de assistência social.

ORIGEM DO DIA DA/O ASSISTENTE SOCIAL

O Dia do Assistente Social surgiu a partir da aprovação da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, através do Decreto Federal nº 994, de 15 de maio de 1962, que regulamenta e oficializa a profissão no Brasil. No entanto, a Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993, revoga a Lei de 1957 e aplica uma nova Lei de Regulamentação da Profissão.

Assim, em homenagem à regulamentação da profissão, em 1962, o dia 15 de maio é considerado o Dia Nacional da/do Assistente Social.

À tarde, José Fernando Silva, assistente social e professor da UNESP, e Daniela Neves, conselheira do CFESS, professora de graduação na UFRN e de pós-graduação na UnB, conduziram exposições que trataram da atuação profissional da/do assistente social na atual conjuntura. “O fato que queremos destacar é que, ao serem processadas alterações substantivas no mundo do trabalho, na política social e nos serviços sociais; especialmente com os impactos pretéritos e futuros da reforma trabalhista, do desemprego, da seletividade da política social neoliberal e da emenda constitucional que congelou os gastos com serviços sociais essenciais por 20 anos; são validadas determinações importantes na atuação e inserção funcional do serviço social. Tais alterações têm impacto no universo ideo-político e teórico-prático da nossa profissão”, afirmou Daniela.

“A resistência perpassa pela nossa autonomia e nossa independência. Resistir sem romantismos, de forma autônoma e independente, permitindo a construção da luta da classe trabalhadora”, destacou Kelly Melatti, presidente do CRESS-SP. A direção do conselho avaliou o seminário como um momento importante para reflexão da categoria e destacou a importância do tema deste ano diante da atual conjuntura política e social do país.



José Fernando Silva (professor da UNESP); Kelly Melatti (presidenta do CRESS-SP); Roberta Stopa (diretora do CRESS-SP) e Daniela Neves (conselheira CFESS e professora UnB e UFRN).



Vivemos um momento marcado pelo paradigma neoliberal e pela perspectiva ultraliberal na condução dos negócios do estado e na gestão dos negócios de interesse público. Isso vem implicando numa sucessão de golpes contra a classe trabalhadora, com medidas autoritárias que vêm sendo adotadas nos vários níveis de governo, especialmente no governo federal, sem a participação da sociedade civil e sem consulta aos movimentos sociais.

Ademir Alves (ABEPSS)

O que é resistir? Como resistir? Por que resistir? Quando discutimos essa palavra o objetivo é realmente fazer enfrentamentos, fazer um combate, fazer uma revolução, fazer greves, parar, cruzar os braços, fazer rebeliões como os nossos antepassados negros e negras, trabalhadores e trabalhadoras explorados pela burguesia.

Mauricleia Soares (CFESS)

O CRESS SP, quando constrói este espaço e propõe discussões sobre o tema proposto no último Encontro Nacional e sobre o tema Higienização Social, reafirma seu posicionamento e compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Neste momento, em tempo tão recrudescido, esses temas são cruciais, esse debate é importante."

Patricia Silva – (CRESS-SP)



LANÇAMENTO DO TERCEIRA EDIÇÃO DA REVISTA EMANCIPA: O COTIDIANO EM DEBATE

A 3ª edição da revista "Emancipa: o cotidiano em debate" foi lançada durante o Seminário Estadual em comemoração ao Dia da/o Assistente Social, na capital paulista. A publicação tem periodicidade anual e traz artigos acadêmicos e jornalísticos que abordam aspectos importantes no âmbito do Serviço Social. O objetivo do CRESS-SP é reunir debates da categoria e permitir a sistematização de ideias e a socialização de conhecimento.

O tema central dessa edição é "Estado, Saúde Mental e Higienização Social" e foi escolhido a partir da repercussão dos fatos que marcaram o início do mandato da gestão "Ampliações: Trilhando a luta, com Consciência de Classe (2017-2020)", com ações de repressão e violência, promovidas pela Prefeitura de São Paulo, contra a população que vive na região central da cidade, conhecida como "cracolândia".

O conteúdo da publicação traz os artigos: "Higienização social e disputas de projetos de cidade", de Tatiana Dahmer Pereira; "A regulação das drogas no Brasil: uma pauta antiproibicionista", de Fabiola Xavier Leal; "Juventudes, raça/etnia e usos de drogas", de Marcia Campos Eurico; "Estado, militarização, guerra às drogas e criminalização: do que estamos falando?", de Ítalo Marcos Rodrigues e "A reprodução do conservadorismo e o uso de substâncias psicoativas", de Adriana Brito da Silva.

Segundo a direção do CRESS-SP, "esse número da revista revela um esforço político e institucional de sustentação e consolidação de uma possibilidade concreta de comunicação com a categoria e com a sociedade em geral".

A Revista Emancipa 3ª edição está disponível para venda na sede do CRESS-SP e nas seccionais.



Maria Liduina Oliveira e Marcia Eurico, respectivamente conselheira editorial e articulista da Revista Emancipa Nº 3.

QUEDA DE EDIFÍCIO NO CENTRO REVELA FERIDA ANTIGA DA CIDADE DE SÃO PAULO



O desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, que vitimou sete pessoas e deixou cerca de 170 famílias desabrigadas, revelou uma das grandes feridas abertas no coração da maior cidade do Brasil.

Atualmente, são cerca de 70 imóveis ocupados em condições precárias no centro de São Paulo, e a prefeitura municipal monitora 206 ocupações em toda a cidade, onde vivem 46 mil famílias. A fila da habitação no município tem mais de 1 milhão de inscritos, sendo que 110 mil famílias estão com os cadastros atualizados e aguardam atendimento do poder público.

Em entrevista a um portal de notícias, o secretário de habitação do município, Fernando Chucre, afirmou que o problema de moradia em São Paulo é um grande desafio que se agrava com a situação econômica do país, com alto desemprego. Segundo ele, o orçamento do município para a habitação está longe de solucionar o problema do déficit habitacional, que se aproxima de 500 mil unidades.

Há bastante tempo, o CRESS-SP vem se posicionando contra as práticas adotadas como políticas públicas no que diz respeito à questão urbana, mantendo a defesa intransigente do direito à cidade para todos e todas, a partir de uma gestão democrática e participativa, com o uso transparente dos recursos disponíveis e das fontes de financiamento, visando a construção de espaços urbanos onde o acesso à moradia, ao transporte, ao saneamento e infraestrutura urbana, seja garantido para toda a população.

Diante deste cenário, o CRESS-SP, por meio da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos (CAEDH), tem acompanhado algumas reuniões/ações com

instituições e movimentos sociais de diversas áreas com o objetivo de propor alternativas na defesa da garantia de qualidade de vida às famílias que permanecem desabrigadas após o desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida.

O debate em torno da questão do direito à cidade é imprescindível, necessitamos de instrumentos e ações efetivas de políticas habitacionais como, por exemplo, a aprovação do Plano Municipal de Habitação, documento elaborado com a participação popular, que tramita vagarosamente, desde dezembro de 2016, na Câmara Municipal de São Paulo, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Este projeto de lei (619/16) aponta diretrizes e metas mínimas de produção de moradia na cidade, bem como garante a gestão participativa.

Para que a política pública de habitação avance sobre o déficit habitacional é necessário que assuma com responsabilidade e transparência a fiscalização sobre o cumprimento da função social de grandes áreas de terra sem uso e de imóveis espalhados pelos municípios que se deterioram pela ação do tempo estando desocupados, enquanto seus “proprietários” seguem devendo fortunas aos cofres públicos pela falta de pagamento dos impostos devidos, principalmente os relacionados aos imóveis e terrenos que não cumprem sua função social.

Reconhecer a participação popular como ator central nessas discussões é tarefa obrigatória quando a pauta são as políticas públicas, em especial a de habitação. Os programas habitacionais devem conhecer a população a ser atendida, para que de fato a política habitacional atenda suas necessidades, pois não são 42m² construídos sem considerar a realidade social,

histórica, cultural e econômica das famílias que ali irão viver, que serão suficientes para resolver o problema. Inúmeras são as histórias de famílias que após serem removidas são obrigadas a se desfazer de seus animais de estimação, ou que deixam de cultivar o plantio de alimentos, ou perdem seus pequenos comércios e assim são obrigadas a se adequar a uma realidade para a qual não foram preparadas e, na maioria dos casos, lhes foi negado o direito de escolha. Nesse sentido, a população não pode ser refém de alguns metros quadrados, sendo impedida de buscar novo fôlego de subsistência, sendo marcada em um cadastro nacional, e assim proibida de acessar novamente a política habitacional em outros municípios. Antes da crítica às famílias que buscam na migração a solução para o desemprego e a garantia de sua subsistência, deve-se questionar qual a qualidade das políticas públicas habitacionais do país e de cada município.

Por estes e tantos outros motivos, ressaltamos que as escolhas da classe dominante não são nossas escolhas, não atendem os interesses da classe trabalhadora e, conseqüentemente, seguem a lógica do desatendimento, do dismantelamento das políticas públicas, forçam o desemprego, se apropriam da riqueza socialmente produzida, criminalizam e moralizam a pobreza, se apropriam dos direitos sociais e os mercantilizam, transformando-os em produto para compra e locação de público focal, gerando o

deficit habitacional e tantas outras expressões da questão social.

Partindo desses pressupostos, o CRESS-SP esteve presente na audiência pública realizada em 17/05, no Auditório Freitas Nobre, na Câmara dos Vereadores de São Paulo, em que diversos/as cidadãos/ãs e representantes de movimentos sociais relataram a realidade precária em que vivem milhares de pessoas em prédios ocupados na região central da cidade, especialmente famílias vítimas do incêndio do Edifício Wilton Paes de Almeida. O conselho fortalece a luta das famílias e tem posicionamento contrário a esta falta de interesse e de importância por parte da maioria dos/as vereadores/as e da administração municipal, bem como da falta de prioridade do executivo em propor a aprovação do Plano Municipal de Habitação (619/16).

O CRESS/SP está construindo uma Nota Técnica de orientação à categoria, tendo como base principal o documento da Gestão 2011-2014 (disponível no site do CRESS-SP), que versa sobre o posicionamento sobre desapropriação e reintegração de posse, tendo como compromisso político a defesa dos direitos humanos no campo das políticas urbanas, o direito à moradia digna e à cidade, a participação popular efetiva nos processos de formação e execução das políticas públicas relacionadas à habitação de interesse social.

FUNDAÇÃO CASA RECEBE VISITAS PREVENTIVAS DO CRESS-SP

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo, é a instituição que aplica medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A Fundação CASA presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos, que estão inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semiliberdade.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, sempre esteve presente no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. A profissão acompanhou as mudanças legais institucionais que permearam esse atendimento desde o Código de Menores de 1927 até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as recentes mudanças ocorridas no estado de São Paulo com a Fundação CASA.

A atuação dos/as assistentes sociais nesses espaços tem particularidades

que decorrem do contexto social e das peculiaridades da profissão, dos usuários e da instituição. Diante desse cenário, o CRESS-SP, por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização, realiza visitas preventivas em todas as unidades da Fundação CASA. As visitas preventivas são atividades de orientação e fiscalização da profissão, com foco na dimensão político-pedagógica da Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS.

Após a conclusão das visitas, serão realizadas as oficinas do curso “Ética em Movimento” com todos/as as/os assistentes sociais que exercem a profissão na Fundação CASA. Segundo o CFESS, o curso tem entre seus objetivos a apreensão de valores emancipatórios pelos/as participantes para o enfrentamento das várias formas de violação de direitos e para materialização e fortalecimento do projeto ético-político na atuação profissional.

Todas as demandas apresentadas pelos/as profissionais durante as visitas serão analisadas pelas SubCOFIs e COFI com adoção das providências que forem necessárias.

MATERNIDADE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

No 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS foi deliberado, no eixo da Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional, “emitir posicionamento e orientação sobre a atuação intersectorial da/o assistente social no atendimento de mães usuárias de substâncias psicoativas, frente ao contexto de violação de direitos que vem se produzindo neste espaço”.

Em 2014, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais elaborou uma instrução normativa, para que as maternidades públicas informassem todas as situações de nascimento de crianças cujas mães fossem usuárias de substâncias psicoativas. Profissionais que atuavam com a política de saúde, a Defensoria Pública e as mães que estavam passando por esta situação começaram a se organizar e a contestar o que estava acontecendo. Surgiu então o movimento “De quem é esse bebê?”, que denunciou a violência de Estado e chamou a atenção da imprensa e da sociedade.

O Ministério da Saúde reconhece que as mulheres em situação de rua e/ou que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas encontram, em geral, diversas barreiras para acessar ações e serviços públicos, apesar de a Lei nº 8080/1990 estipular, como uma das diretrizes fundamentais, a integralidade e igualdade na assistência à saúde. Para que isso ocorra, entretanto, todas as pessoas devem ter acesso a ações de saúde sem discriminação, cabendo aos/às profissionais de saúde construir estratégias de acolhida e vínculo de confiança, identificando suas demandas.

As práticas coercitivas não constituem métodos de atendimento em saúde e excluem as possibilidades de acesso e atenção adequada às mulheres e/ou adolescentes em situação de rua e/ou uso de substâncias psicoativas, que podem deixar de procurar assistência em caso de direitos violados.

Para promover o debate acerca do tema entre a categoria, o CRESS-SP vem promovendo, desde maio, a oficina “Maternidade de mulheres em situação de rua, em uso de substâncias psicoativas, que resultam em destituição do poder familiar” em todo o estado de São Paulo por meio das seccionais do conselho.

CRESS-SP REPUDIA ESTERILIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Na tarde do dia 11/06, o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo publicou nota de repúdio frente a “esterilização compulsória” de uma cidadã moradora da cidade de Mococa (SP). O caso veio à tona após matéria publicada na Folha de São Paulo (09/06) e causou perplexidade diante de tão grave violação dos direitos humanos sofrida por Janaína Aparecida Quirino, que teve sua esterilização realizada à revelia e por determinação da justiça.

A nota publicada na página oficial do CRESS-SP afirma que “essa ação revela, mais uma vez, o cenário em que, sobretudo as mulheres negras e pobres, estão inseridas; sobre decisões autoritárias acerca de seus corpos e suas vidas. Expressa-se agora em Janaína, mas alcança, infelizmente, o cenário de sexismos e machismos presentes na sociedade brasileira que não mede esforços para tentar determinar a forma com que mulheres devem lidar com sua vida, com sua escolha (ou não) pela maternidade, sob pretexto hipócrita e falacioso de ‘preocupação com sua saúde’. Às mulheres: todo poder e toda autonomia sobre seus corpos e suas vidas!”

Com a repercussão do caso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promoveu uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo. A OAB convidou a presidente do CRESS-SP, Kelly Melatti, para participar do debate, que também contou com a participação do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). Na ocasião, Kelly afirmou que o caso mostra uma prática sistemática na violação de direitos da população mais pobre. “Ele revela uma realidade do país. Não estamos aqui falando de uma situação isolada em que tivemos esse tipo de situação expressa na esterilização judicial. Na verdade, o caso da Janaína revela muitas e muitas Janaínas pelo Brasil todo”, disse.

GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA AINDA É REALIDADE SOCIAL

Com o lançamento da campanha de gestão 2017-2020, “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, o CFESS pretende combater o racismo institucional, reforçar o papel do serviço social na sociedade, defender a liberdade e a igualdade e combater toda e qualquer forma de preconceito e opressão. O objetivo do Conjunto CFESS-CRESS é ampliar o debate acerca do racismo a partir do enfrentamento do mito da democracia racial, ainda presente na sociedade e expresso no exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Em seu informativo anual, Serviço Social é Notícia, o CFESS publicou matéria sobre o genocídio da população negra, que demonstra que a violência contra negras e negros não se expressa apenas no alto percentual de encarceramento e óbitos em conflitos policiais, mas em diversas outras formas, como

a violência obstétrica no sistema de saúde, a taxa de desemprego, o analfabetismo, a intolerância a práticas culturais e religiosas. “Isso revela as tentativas de silenciamento e de apagamento de um legado milenar, que fazem parte da base da construção do país. E mesmo após o fim do modo de produção escravista, essas mortes simbólicas são reproduzidas e praticadas”. Cabe lembrar que são 63 assassinatos diários de jovens negros/as no Brasil, totalizando 23 mil mortes por ano. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no país.

Historicamente, o genocídio da juventude negra periférica apresenta dados alarmantes que refletem a desigualdade social e expressam o racismo latente em nosso país. A segregação social é mantida pela estrutura urbana das cidades, que cria núcleos de acesso restrito, onde a população negra não é incluída.

“ Isso revela as tentativas de silenciamento e de apagamento de um legado milenar, que fazem parte da base da construção do país. E mesmo após o fim do modo de produção escravista, essas mortes simbólicas são reproduzidas e praticadas.”



Ação Entrevista

O Jornal Ação convidou a assistente social **Kajali Lima Vitorio**, professora e membro do Grupo de Estudos das Relações Étnicorraciais e o Serviço Social para falar sobre o racismo e a luta pela igualdade.

Como você avalia a luta pela igualdade racial no Brasil?

A luta pela igualdade racial no Brasil precisa ser interpretada do ponto de vista histórico. No final dos anos 1970, junto com diversos movimentos sociais, após a ditadura militar, o movimento negro, se reconstrói com a perspectiva de apresentar à sociedade brasileira, o racismo enquanto eixo estruturante da desigualdade social. Naquele período, foram construídos os pilares da luta contemporânea pela igualdade racial, que se baseou na denúncia constante das desigualdades raciais nos diversas esferas da vida social, como trabalho, educação, saúde entre outras; na desconstrução do mito da democracia racial e no reconhecimento do papel da população negra na construção da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, nos anos 1990, o movimento negro, representado por diversas entidades, iniciou diálogo e reivindicação permanentes junto ao Estado Brasileiro com a finalidade incorporar o debate racial nas diversas políticas públicas, e explicitar a necessidade de criar políticas específicas de promoção da igualdade racial. O auge deste processo se deu com a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no governo Lula, em 2003.

Desde então, tivemos avanços importantes como a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica; a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial; o estabelecimento de cotas raciais e sociais nas universidades federais brasileiras e a reserva de vagas para candidatos/as negros/as nos concursos públicos. Com os novos parâmetros estabelecidos, verificamos a mobilidade social e a melhoria dos indicadores sociais para uma parcela da população negra, ainda assim, majoritariamente, quando comparada a outros grupos raciais, a população negra vivencia um cotidiano permeado por precárias condições de vida e trabalho, atravessado pela violência, evidenciando o



caráter estrutural do racismo.

Neste cenário de retrocessos e desmoronamento das conquistas da classe trabalhadora, a compreensão da questão racial, imbricada com a dimensão de classe e gênero, é crucial para a elaboração de alternativas políticas que tenham como horizonte a construção de uma outra sociabilidade, como expresso no Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (1993).

Quais os desafios para o/a assistente social nas questões ligadas ao racismo?

Um dos principais desafios para o trabalho profissional dos/as assistentes sociais é a compreensão do racismo institucional. Para isso, a categoria precisa se apropriar do quesito raça/cor, enquanto instrumental de trabalho, para entender de que forma o racismo permeia o cotidiano da população negra, com as interfaces geracionais e de gênero.

O quesito raça/cor, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possibilita a identificação racial da demanda atendida nas instituições, primeiro passo para o desenvolvimento de ações profissionais e institucionais que tenham como perspectiva a equidade, ou seja, a construção de um plano de trabalho que abranja as especificidades de cada grupo atendido. Outro aspecto importante é a incorporação do debate racial nas ações socioeducativas, a fim de desconstruir estereótipos que recaem sobre a população negra, o que exige uma apropriação teórica a respeito do tema.

Neste sentido, alinhada ao projeto ético-político profissional, tem crescido a produção acadêmica, as orientações e posicionamentos das entidades representativas da categoria profissional sobre o assunto. Colaboram, nesta perspectiva, o artigo de Márcia Eurico, que trata do racismo institucional, publicado na revista Serviço Social & Sociedade, e a cartilha “Racismo”, que compõe a Série Assistentes Sociais na luta contra o preconceito, publicada pelo CFESS.

Ainda temos um longo caminho a percorrer, entretanto ano após ano, a categoria profissional tem amadurecido as discussões para a construção de uma agenda política em torno da questão racial, que engloba as dimensões da formação e exercício profissional.

O assistente social e diretor da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos (CAEDH) do CRESS-SP, Julio Cezar de Andrade, também falou sobre o tema para o Jornal Ação.

“O assistente social tem que compreender o racismo como determinante da sociabilidade de classes para fazer o enfretamento cotidiano e a denúncia dessa opressão social. Se o profissional recebe diariamente mulheres negras que perdem seus filhos vítimas de genocídio, é tarefa dele compreender que a perda de um filho pelas mãos do tráfico ou da polícia é uma expressão de uma sociabilidade que é racista.

E por que são os jovens negros que mais morrem? Porque dentro do mundo capitalista, a juventude negra é a juventude que fica abandonada no contexto dessa sociedade pela ação e omissão do estado, cuja função histórica é manter o modo de produção capitalista em pleno funcionamento, manter a classe trabalhadora aliada aos interesses da burguesia e, quando essa classe se rebelar, utilizar a força física. Então, por vezes, o controle social da vida da classe trabalhadora se expressa na criminalização da pobreza.

No momento em que vivemos, o genocídio da juventude negra não é só a materialização das

mortes dos jovens nas periferias, mas se constitui também na própria ação do estado, que iniciou com o movimento eugênico e que se manifesta agora nas relações sociais. Quando o estado não garante uma educação pública, laica, presencial e de qualidade para os jovens negros; quando não garante a efetividade da Lei 10.639 (que prevê o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas); quando não garante o acesso e a permanência de jovens negros nos níveis de graduação e pós-graduação, manifesta uma expressão de um projeto de genocídio, que está matando pela falta de ação efetiva de prevenção, no encarceramento, no abandono.”



CRESS-SP PROMOVE SEMINÁRIO DA COFI EM MARÍLIA



No dia 04 de maio, o CRESS-SP promoveu o Seminário Estadual da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), evento semestral que precede o encontro estadual da COFI e reuniu agentes fiscais, conselheiros /as e assistentes sociais de todo o estado no auditório da Universidade de Marília (UNIMAR), em Marília-SP. “Dando continuidade às ações descentralizadas, a atual gestão do CRESS-SP vem priorizando a realização de eventos fora da capital para aproximar o conselho da categoria”, declarou a vice-presidenta do CRESS-SP e coordenadora da COFI, Patrícia Ferreira da Silva. Atualmente, o CRESS-SP conta com a COFI da sede e mais 12 sub COFIs, presentes nas 11 seccionais do conselho.

O tema “Os Dilemas Éticos e Técnicos da Atuação Profissional no Cotidiano” foi apresentado de acordo com as demandas da região e, no seminário, foi debatido a partir de duas ementas. A primeira abordou a responsabilidade da/o profissional diante da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social; dialogando com as Resoluções CFESS nº 556/2009, que versa sobre procedimentos para lacração de material técnico e técnico-sigiloso; e nº 557/2009, que estabelece normas para emissão de pareceres conjuntos de profissionais e determina que a elaboração, emissão e/ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de serviço social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações, é atribuição privativa do assistente social. Márcia Batista, agente fiscal do CRESS-SP, conduziu a exposição.

Na segunda abordagem, foram analisadas as condições políticas, institucionais e suas implicações no cotidiano do exercício profissional. A mesa foi conduzida pela Profª Dra.

Luciana Melo, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Após as exposições, houve um debate sobre os temas apresentados e os participantes tiveram a oportunidade de fazer sugestões, sanar dúvidas e receber orientação qualificada.

“O tema do seminário é fundamental para o exercício da profissão porque permite apreender reflexões no campo da ética, técnica e teórico que apoiam nosso trabalho na direção do nosso projeto ético-político e fortalecem nosso código de ética e demais instrumentos da profissão”, avaliou Eliane Oliveira, agente fiscal do CRESS-SP.

A função fundamental dos conselhos de classe é orientar e fiscalizar, fortalecendo o exercício da profissão. Assim, a COFI é responsável por articular as ações a partir de três dimensões: afirmação de princípios e compromissos conquistados, política pedagógica e normativa disciplinadora, que devem ser compreendidas e implementadas de forma articulada, com centralidade na dimensão político-pedagógica.

As principais atribuições da COFI, no âmbito do CRESS-SP, são: executar a Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS; atuar em situações que indiquem a violação da legislação profissional; orientar a população quanto às atividades da/o assistente social; encaminhar denúncias que não sejam de natureza ética, determinando as providências cabíveis; determinar e orientar as visitas de fiscalização (sejam de rotina, identificação, prevenção e/ou averiguação); entre outras previstas na Resolução CFESS nº 512/2007.



4ª EDIÇÃO DO PROJETO ABEPSS ITINERANTE



O Projeto ABEPSS Itinerante é uma iniciativa que pretende fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios diante da consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação profissional.

Em sua 4ª edição, o projeto apresenta o tema “Os Fundamentos do Serviço Social: as atribuições e competências profissionais em debate” e promove oficinas por todo o Brasil, entre os dias 15 de abril e 31 de agosto de 2018, por meio das regionais da ABEPSS e em articulação com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Unidades de Formação Acadêmica (Ufas).

Com o objetivo de fortalecer o projeto de formação profissional do serviço social brasileiro no contexto atual, o projeto visa reunir docentes, supervisoras/es de estágio e alunos/as de graduação e pós-graduação para realizar este importante debate e refletir sobre as

estratégias de atuação diante de um cenário tão adverso.

Segundo Luciana Melo, vice-presidente da Regional Sul II da ABEPSS, “a participação da categoria vem aumentando a cada edição e as inscrições são esgotadas rapidamente em todas as regiões do país”. Na região Sul II, que compreende os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com apoio do CRESS/SP e ENESSO, foram realizadas cinco oficinas do ABEPSS Itinerante: em Campo Grande, Campinas/Sorocaba; Ribeirão Preto/Franca; Capital SP; Presidente Prudente/Araçatuba, destacando a disposição militante em levar uma discussão tão importante para várias regiões do Estado.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é uma entidade acadêmico-científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação. Dentre seus princípios fundamentais, está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.

Melhores informações podem ser obtidas na página da ABEPSS na internet: <http://www.abepss.org.br>

EVENTO DEBATE CARGOS GENÉRICOS E PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

No mês de abril, a Subcomissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Sub COFI) da região da sede (municípios da região metropolitana de São Paulo, com exceção da região do ABC) realizou uma roda de conversa com o tema “Cargos Genéricos: As Atribuições e Competências do Serviço Social frente à Precarização das Políticas Públicas”. A atividade contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas e se dividiu em dois momentos principais, inicialmente com discussões em pequenos grupos que abordaram questões cotidianas do exercício profissional e em seguida, com a exposição da professora Marlene Merisse, que apresentou elementos históricos e conjunturais que possibilitaram a reflexão da temática.

O CRESS-SP vem recebendo diversos questionamentos, denúncias e pedidos de orientação da categoria relacionados à temática abordada no evento, principalmente nos serviços conveniados da política de assistência social do município de São Paulo, o que vem motivando a realização de estudos e ações que possam subsidiar a categoria no enfrentamento a mais uma forma de precarização e desregulamentação do trabalho profissional do assistente social. Tais ações são planejadas no espaço de comissões de trabalho do conselho, que são compostas por diretoras/es, agentes fiscais e assistentes sociais da base. A Sub COFI destacou “a importância de que as/os assistentes sociais construam Planos de Trabalho do Serviço Social nas instituições/serviços/ equipamentos, onde seja possível vislumbrar de maneira objetivada, as competências profissionais, as atribuições e as atribuições privativas desenvolvidas pela equipe ou pela/pelo assistente social”.

Durante a atividade, foram relatadas diversas situações que evidenciam a tendência do mercado de trabalho em requisitar de forma cada vez mais comum, profissionais “polivalentes”, o que possibilita o barateamento dos custos com a/o trabalhadora/or e a intensificação da exploração e precarização do trabalho. Outro eixo do debate foi a discussão das competências, atribuições e atribuições privativas da/o assistente social e a necessidade de fortalecimento da identidade profissional nos espaços sócio ocupacionais, nos termos da Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/93) e Resolução CRESS 572/2010.

O aumento do desemprego e a precarização das relações trabalhistas se apresentam para a categoria como desafios na difícil tarefa de realização do Projeto Ético-político do Serviço Social, que reafirma e defende os direitos da classe trabalhadora. Tal cenário fragiliza e dificulta não apenas o reconhecimento das reais competências e atribuições privativas, como a identidade da profissão. A saída política para essa realidade contraditória

e desfavorável está na unidade, engajamento e na construção de espaços que fortaleçam a categoria.

A professora e assistente social Marlene Merisse afirmou que “nas recentes medidas do governo Temer, onde a desregulamentação do trabalho é uma forte estratégia do capital, os cargos genéricos têm ocupado maior espaço e facilitado a gestão do trabalho nas instituições públicas e privadas. O Serviço Social hoje concorre com outras profissões para ocupar os mesmos cargos ou postos de trabalho ofertados nos concursos ou seleções públicas (cargos com denominação genérica). Mas o que deve ser observada é a descrição da competência/atribuição/atividade prevista para o cargo – se comporta ou não atribuição privativa da/o assistente social – e exigir que haja especificação. As/os assistentes sociais não podem confundir o cargo ou função, com a profissão”.



DIA DO ORGULHO LGBT É COMEMORADO COM MAIS UMA VITÓRIA



A comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) comemorou uma vitória no último mês de junho, quando é comemorado o Dia do Orgulho LGBT (28/06). A Organização Mundial da Saúde (OMS) atualizou a Classificação Internacional de Doenças (CID), referência no diagnóstico de patologias, retirando oficialmente a transexualidade da lista de distúrbios mentais.

A luta de transexuais do mundo inteiro teve fim 28 anos após a OMS ter retirado a homossexualidade da mesma classificação. Durante 42 anos, entre 1948 e 1990, a homossexuals foram diagnosticados como portadores de transtorno mental. Em 17 de maio de 1990, durante a assembleia geral, a OMS aprovou a retirada do código 302.0 (Homossexualidade) da classificação Internacional de Doenças, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”.

A história do Dia do Orgulho LGBT começa em 28 de junho de 1969, Stonewall Inn, Greenwich Village, Estados Unidos. Nas primeiras horas da manhã, gays, lésbicas, travestis e drag queens enfrentaram policiais em um bar e iniciaram uma rebelião que lançaria as bases para o movimento pelos direitos LGBT nos Estados Unidos e no mundo. O episódio, conhecido como Stonewall Riot (Rebe-

lião de Stonewall), teve duração de seis dias e foi uma resposta às ações arbitrárias da polícia contra a comunidade LGBT de Nova Iorque.

É certo que há vitórias a serem comemoradas por gays, lésbicas, bissexuais e transexuais desde o episódio em 1969, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido na luta pela igualdade e no enfrentamento ao preconceito. Atualmente, a criminalização da homofobia é uma das principais bandeiras de luta do movimento LGBT no Brasil.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, por assumir a liberdade e a igualdade substantivas como princípios éticos fundantes do Código de Ética Profissional, o CFESS sempre manifestou sua posição de respeito à livre orientação sexual e à livre identidade de gênero, somando-se à resistência coletiva do movimento LGBT, feminista e de todos aqueles que se propõem a desconstruir o patriarcado heterossexista.

“Mais que um dia de celebrar o nosso orgulho, o 28 de junho nos lembra que há muito ainda a ser conquistado, que existem muitas batalhas a serem disputadas na direção de uma sociedade mais igualitária e menos lgbtfóbica”, declarou Guilherme Moraes da Costa, membro da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos do CRESS-SP.

PESQUISA REVELA CONTRADIÇÃO NA CAPITAL PAULISTA

Recentemente o IBOPE, em parceria com a Rede Nossa São Paulo e com o SESC, realizou uma pesquisa na cidade de São Paulo sobre LGBTfobia. A pesquisa entrevistou 800 pessoas com idade a partir de 16 anos, sendo o público 46% masculino e 54% feminino. O perfil da amostra, em sua maioria se declara heterossexual, com uma porcentagem de 90%, sendo 3% declarados homossexuais, 2% bissexuais e 5% não quiseram responder.

A distribuição amostral foi realizada por região, sendo entrevistados 20% da região norte, 10% na região oeste, 32% na sul, 35% leste e 4% centro. O resultado mostrou que metade da população paulistana tem a percepção de que a cidade é tolerante em relação à população LGBT, sendo essa percepção maior entre as pessoas com maior nível de instrução, mais idade e melhor nível social. Os moradores da região leste são os mais tolerantes, enquanto os da região norte apresentam maior tendência para a intolerância.

Cerca de 3/4 dos entrevistados avaliam que a administração municipal tem feito pouco ou nada para combater a violência contra a população LGBT. Os moradores da região leste são mais críticos nessa avaliação, enquanto os da região central percebem maior empenho da administração municipal neste tema.

É no transporte público que os paulistanos afirmam terem vivido ou presenciado maiores situações de preconceito de gênero ou orientação sexual. Essa situação se acentua na região norte e tem uma diminuição na região sul. Foi constatado ainda que quanto menos íntimas são as questões que envolvem a população LGBT maior é a favorabilidade dos paulistanos. Quando questionados se são a favor do casamento homo afetivo e a favor da adoção por casais homossexuais, cerca de 50% dos paulistanos se declaram a favor, porém quando perguntados se são favoráveis a mani-

festações afetivas entre pessoas do mesmo sexo no ambiente familiar ou público, apenas 22% declaram ser a favor.

De forma geral, os indicativos de LGBTfobia entre os/as paulistanos/as é altíssimo. Os segmentos mais contrários são homens mais velhos, evangélicos e protestantes, com menor índice de escolaridade e renda inferior a 2 salários mínimos. Os segmentos mais favoráveis são as mulheres com idade entre 25 e 35 anos, com renda familiar acima de 5 salários mínimos, com maior nível de escolaridade e pertencentes a outras religiões.

A pesquisa trouxe resultados contraditórios, demonstrando a falta de informação da população paulistana referente ao tema LGBT. Ao mesmo tempo em que a cidade é percebida como tolerante, chama a atenção a parcela de pessoas que vivenciaram ou presenciaram situações de preconceito, especialmente em espaços ou transporte públicos. Também é expressivo o número de paulistanos que se posicionam contrários às manifestações de afeto, seja no âmbito familiar ou em locais públicos, demonstrando que há barreiras no convívio da população paulistana com as questões LGBT.

É importante ressaltar que o CRESS SP tem um posicionamento contrário a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação contra a população LGBT, e manifesta apoio às lutas dessa população e o compromisso com a defesa da livre expressão de orientação sexual e de identidade de gênero.



Keila Queiroz (CRESS 9ª Região /SP – 57274) é Conselheira Estadual do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS 9ª Região

CRESS/SP REALIZA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



Após convocação da categoria, o CRESS-SP realizou a I Assembleia Geral Ordinária de 2018, no dia 9 de junho, na capital paulista. O evento, que contou com a participação de cerca de 170 profissionais, teve a programação dividida em várias etapas, conforme o edital de convocação.

A abertura aconteceu com a leitura e aprovação do Regimento da I Assembleia Geral Ordinária de 2018 do CRESS 9ª Região/SP e foi concedida a oportunidade para inclusão de novas pautas. Em seguida, a presidenta do CRESS-SP, Kelly Mellatti, fez uma análise da atual conjuntura e teve sua fala aplaudida pelo público. Em seu discurso, Kelly ponderou que “dizer que nossa escolha é a resistência sem estar conectado com a ordem do dia no combate à exploração e dominação da classe trabalhadora não significa absolutamente nada, a não ser uma reprodução meramente burocrática daquilo que exige radicalidade, no termo marxiano da palavra. É preciso situar a resistência como possibilidade histórica. Se, por um lado, a conjuntura tem expressado verdadeiro cenário de derrota às lutas da classe trabalhadora, ela também, de forma contraditória, traz à cena mais possibilidades de luta, como foi o exemplo da greve dos/as servidores/as públicos municipais de São Paulo, que ao menos suspendeu o avanço da contrarreforma da previdência municipal, do então prefeito João Dória. Para apreender todo o significado da palavra de ordem “Nossa escolha é a Resistência” precisamos olhar para a realidade que nos cerca e desvelar, sem romantismos, o movimento da história. Resistência é lutar contra quem? Quem são os/as aliados/as? Coesão, consenso ou denúncia, coragem e rebeldia?”.

A apresentação das contas do CRESS-SP no exercício 2017 e o monitoramento do cumprimento das deliberações do 46º Encontro Nacional foram os assuntos abordados na sequência e o CRESS-SP apresentou resultados positivos nas duas situações. Tendo participação da plenária quanto às deliberações e bandeiras de luta frente o cenário vivido. Ubiratan Dias, da direção do CRESS-SP, explicou a lógica dos Encontros Nacional e Descentralizado do Conjunto CFESS/CRESS, “no 1º ano, executamos o planejamento, no 2º, realizamos o monitoramento e, no 3º ano, a avaliação. Estamos na

etapa de monitoramento, que a cada triênio vem aprimorando a sua metodologia, e este ano não foi diferente. Desta vez, o Conjunto CFESS/CRESS avançou no entendimento desta etapa e estamos priorizando a troca de experiências das ações que resultaram, ou não, no cumprimento das deliberações do triênio. Para nós, interessa mais saber as estratégias e dificuldades de cada regional/nacional na realização das deliberações, do que o número de cumprimentos. No passado, monitorávamos a partir dos dados quantitativos e chegamos ao entendimento que não nos diz muito sobre o real sentido de monitorar no segundo ano de gestão, um planejamento com previsão para três anos! Vamos para o Encontro descentralizado e para o Encontro Nacional trocar experiências e nos fortalecer enquanto conjunto, compreendendo as principais dificuldades e estratégias do nacional e dos regionais nos cumprimentos das deliberações do Conjunto CFESS/CRESS”.

Um dos momentos mais relevantes da assembleia foi a candidatura e eleição de delegados/as para os Encontros Descentralizado Sudeste e Nacional do Conjunto CFESS/CRESS de 2018. Os/as 19 candidatos/as inscritos/as defenderam suas candidaturas no microfone e, após a votação, foram eleitos 11 delegados/as que irão compor a delegação do CRESS-SP, que já conta com 11 membros da direção, somando 22 participantes.

Na última etapa da assembleia, foi feita a leitura e aprovação das três moções apresentadas, que sintetizaram: o repúdio à decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o Depoimento Especial como atribuição de assistentes sociais e psicólogos; o pedido de convocação dos/as assistentes sociais e psicólogos aprovados/as no concurso do TJSP-2017 e o repúdio ao projeto do Estatuto da Adoção, solicitando a retirada integral do PLS 394/2017. Foram repassados informes de interesse geral para a categoria e, por fim, houve o encerramento.

O CRESS-SP manteve a oferta do Espaço Criança, iniciativa que possibilitou e estimulou a participação de mães, pais e responsáveis na assembleia e reafirmou o compromisso com uma deliberação tão importante do Conjunto CFESS/CRESS. Cerca de dez crianças passaram pelo local durante a assembleia.